

International Expectations: ICW - Prelúdio para o CNMP

Isabel Cruz Lousada

Resumo

Neste artigo são abordadas as primeiras diligências internacionais para se formar o CNMP, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Procurámos identificar as figuras que estiveram envolvidas nesses contactos iniciais, delineando o relacionamento com a Rainha Sr.^a D. Amélia por parte de quem esteve envolvido. Tempo será ainda de apurar as razões do insucesso. Este estudo assinala uma antecipação em cerca de 10 anos no historial do CNMP, relevante pelas pessoas envolvidas, pelas relações com o feminismo internacional, com particular impacto pois sinaliza o sentido em que o mesmo ocorreu. A iniciativa partiu do ICW «International Council of Women» para Portugal, como acontecera antes estando na génese de outros Conselhos congéneres europeus.

Palavras-chave: Estudos sobre as mulheres – Monarquia – República – CNMP (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) - ICW (International Council of Women)

Adelaide Cabete - Women Studies – Feminism – Monarchy – Republic – CNMP - ICW (International Council of Women)

Nota prévia:

Urge explicitar a ideia subjacente à redacção do actual artigo. Nasce de um convite para dar corpo de letra, digitalizar, transcrever, traduzir, ampliar e passar a escrito os principais factos e documentos, alguns dos quais inéditos, enunciados durante a intervenção apresentada em 29 de Abril de 2009, “Vivências e sobrevivências – A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, por João Esteves - O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, por Isabel Lousada”, incluída no ciclo de conferências «As Mulheres na 1.ª República. Percursos e Imagens» organizado por CesNova, Socinova-Faces de Eva e a BMRR, em mesa Presidida por João Mário Mascarenhas e Zília Osório de Castro. Pretende-se deste modo disponibilizar à comunidade científica interessada por estas temáticas documentos que quer pela sua quase inacessibilidade física quer linguística doravante são tangíveis.

A este respeito é, mais do que justo, merecido, um agradecimento pelo esforço e generosidade manifesto pelos tradutores do texto inserto em 1920 na *Nylaende*, transcrito adiante na versão original, em norueguês, agora vertido para o nosso idioma. Ao Arquitecto Raul Hestnes Ferreira e à Dr.^a Sissel Cardona, um sentido muito obrigada. À Prof.^a Doutora Sheila Khan, pela amizade transposta para uma viagem até à zona limítrofe de Trondheim e o tempo dispendido para que o original tivesse qualidade. Apesar dos esforços destes resta ainda lembrar a Dr.^a Josiane Boudon e Liliana Alcântara pelo empenho e dedicação com que diligente e atentamente foram acompanhando as diversas versões, até que fosse fixado o texto ora apresentado. Obrigada por terem sido portos de abrigo durante a travessia!

Trata-se, naturalmente, de uma versão livre o que se compreenderá pela dificuldade em reunir competências linguísticas a par do domínio em termos até de nomenclatura, para o período e temática. Não deixa de ser um compromisso entre os tradutores e eu própria em que acabei por ter de optar por determinadas expressões em detrimento de outras, com os riscos inerentes à fixação do texto. Aceitei o repto. Fazendo jus ao conhecimento que trazia de há longa data, altura em que trabalhei, em sede própria, conceitos relacionados com tradução, versão, adaptação, oportunidades e ameaças¹, acredito que incluir o original de 1920 em língua norueguesa não terá sido

¹ V. *Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em Português (1554-1900)*, 2 vols., Lisboa, FCSH, 1999.

despiciendo e advoga a favor da honestidade científica de quem, como referira, não domina o idioma e pretende servir a comunidade académica em que inscreve o presente estudo.

«The position of women anywhere affects their position
everywhere»²

O título escolhido *International Expectations: ICW - Prelúdio para o CNMP* evoca desde logo o anúncio de que a organização americana feminista internacional mais antiga, ICW- International Council of Women, está na génese da primeira tentativa de formação de um conselho nacional das mulheres, em Portugal. Em bom rigor existiam fortes motivações para esse facto. A ICW via esperançada o nascimento e a disseminação de conselhos nacionais por todo o globo. *The Seneca Falls Convention*, a primeira grande iniciativa organizada em torno dos direitos das mulheres é americana, tem lugar durante o mês de Julho, nos dias 19 e 20 de 1848 e nela participam maioritariamente mulheres, mais de duas centenas e meia, mas também homens, cerca de quarenta. Vista como a semente que caíu em terra fértil, assinala a capacidade de mobilização da “frente feminina”, em tempos muito recuados. Crê-se que doravante não mais parará de se fortalecer e embora a declaração dela decorrente, *The Seneca Falls Declaration* só tenha sido subscrita por uma centena de mulheres e homens, nada voltaria a ser igual. A pioneira Elizabeth Cady Stanton (1815-1910) tinha apenas trinta e dois anos aquando da Convenção mas ficará na memória de muitos mais, devido ao facto de com Susan B. Anthony (1820-1906) ter empreendido a luta pelo sufrágio feminino. A História universalmente consagrará-la-á como insígne sufragista, apesar de em vida não ter chegado a assistir à vitória por que se bateu, intrepidamente: o voto para as mulheres!

Se recorro aos primórdios das lutas das mulheres pelo voto, no seio dos EUA é porque também lá se encontra o “melting pot” para a criação do ICW. Nunca, na história das organizações femininas americanas se voltará a repetir tão grande associação feminina de riqueza ímpar em diversidade e pluralidade como no International Council, por altura da sua formação. Será no estado de Nova Iorque pós quarenta anos, e também em Seneca Falls, em 1888 que o ICW pela mão de Susan B.

² A citação apresentada em epígrafe é da baronesa Marthe Boel (1877-1956), feminista belga, Presidente do ICW entre 1936 e 1947. A afirmação foi proferida durante o Congresso do ICW, Filadélfia, por ocasião da sua saída.

Anthony é criado. Washington D.C. é o palco escolhido para reunir os conselhos filiados ainda durante o mesmo ano, nos meses de Março e Abril. Nele estarão representados nove países distribuídos por 49 delegados que dessa forma ganham voz na cena internacional. A questão do sufrágio feminino é deixada de lado, deliberadamente, de modo a permitir consensos que a inclusão desse ponto não permitiria, conhecida que era a oposição da ala mais conservadora. Este ponto revela-se fundamental pois denuncia o espírito subjacente ao Congresso Feminista de Washington. Procurar os pontos que uniam as mulheres presentes e as que representavam: «unificar» foi pois a tónica escolhida. Onde emergem questões fundamentais, a saber: a paz e os direitos humanos, valores imprescindíveis, capazes de agregar os esforços de mulheres por todo o mundo³.

Nesse primeiro encontro é ainda deliberado que os Encontros nacionais terão lugar de três em três anos e os internacionais deverão ter periodicidade quinquenal.

Portugal não figura entre os países representados, no congresso, o que não quer dizer que não estivesse no horizonte do ICW.

Pelo contrário, o Conselho Canadano tendo nascido em 1893 é dos primeiros membros, e faz-se presente, a par dos outros países, Noruega, Finlândia e Dinamarca, Índia, Inglaterra e Irlanda, França para além do país anfitrião, EUA. É ainda durante o congresso trabalhado o projecto de estatutos para reger o funcionamento desta organização internacional.

Mas quando, de que modo e através de quem se dá a primeira tentativa de estabelecimento de um Conselho Nacional de Mulheres em Portugal?

Portugal não foi, vimos, dos primeiros a integrarem o ICW. Mas, em contrapartida, 1914 não faz juz ao pioneirismo de que o nosso país foi, então, protagonista.

³ A esta questão voltaremos adiante. Apesar de publicado somente muito anos depois e em circunstâncias distintas é significativa a síntese apresentada no órgão do CNMP em pleno Estado Novo, a propósito das mulheres e a paz no texto “Um comovedor apelo das mães de todo o mundo” que, nos primeiros números de Jan/Fev de 1934 é publicado em *Alma Feminina*, p. 9. Nele se pode ler: “Porque somos mulheres, a nossa força, crendo ou não em Deus, é o amor, que nos dá o privilégio de passarmos por cima de todas as pragmáticas da diplomacia. [...] O Mundo está em perigo. Nós, as mulheres, nunca podemos entender como podem intimidar as potências internacionais da morte as potências internacionais e espirituais da vida. Queremos ter confiança no poder dessas potências espirituais, unidas num único impulso, em nome de todas crianças alegres e livres das preocupações do Mundo, em nome das mães que as vêem crescer com a inquietação nas suas almas, aspiramos a que essas forças espirituais, por que podem e devem fazê-lo, implantem o exemplo da sua união sagrada e lutem sem cessar, para se conseguir de todos os governos responsáveis que as armas caiam de todas as mãos.”

A movimentação primeira situa-se em plena monarquia, e feita por vontade expressa de Mr. Sanford, a canadiana que integrou o ICW na qualidade de tesoureira. Vista como uma mulher enérgica foi ela a incumbida de viajar até ao nosso país, na sequência do Congresso Feminista Internacional de Berlim, organizado em Setembro de 1896. Para a reunião em Berlim havia sido convidada Carolina Michäelis de Vasconcelos e por uma razão ou outra foi Luise Ey quem lá se deslocou.

A respeito do convite para que o nosso país participasse é incontornável o seguinte trecho que queremos destacar:

“Sendo Carolina Michäelis, na sua época, um dos maiores exemplos vivos, se não o maior, da capacidade intelectual e científica feminina, - Wilhelm Storck chamara-lhe «a mulher mais sábia do seu tempo»- , não admira que tenha sido escolhida como representante das mulheres hispânicas junta da Liga de Associações femininas Alemãs, [Bund Deutscher Frauenverein], de que era presidente a sua velha amiga Helene Lang. Na realidade sabemos que esta e outras associações congéneres constantemente a assediavam com convites para participar em reuniões internacionais ou com pedidos de esclarecimento acerca da situação da mulher na Península Ibérica. [...] C. Michäelis revela-se extraordinariamente bem informada a respeito das deficientes condições de vida das mulheres portuguesas e demonstra conhecer muito de perto as principais figuras ligadas aos primórdios do feminismo em Portugal.”⁴

Mais uma peça a encaixar no mosaico que se tem vindo a desenhar.

A mais precoce ligação internacional faz-se a partir da reputação que transcende as fronteiras nacionais, que é reconhecida e imputada a uma mulher, em Portugal, Carolina Michaëlis. O sentido em que a mesma se manifesta é feita, do exterior para o interior, em plena monarquia, pelo menos registada a partir de 1901, altura em que assina um texto que lhe havia sido encomendado precisamente por Helene Lang (1848-1930), feminista, proeminente adepta da instrução e ensino feminino a quem se ficou a dever, entre outras, empenhada luta pela abertura dos Liceus femininos no seu país. Torna-se, mais do que curioso, imperativo, lembrar que Carolina Michäelis tinha ela própria sido “vítima” da exclusão na Alemanha, tendo pretendido prosseguir os seus estudos não

⁴ Maria Manuela Gouveia Delille, “Carolina Michäelis (1851-1925): intermediária entre a cultura neolatina e a germânica”, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, p. 45.

pode transitar para o liceu pois legalmente, no seu país natal⁵, não estava ainda consignada essa possibilidade para as mulheres.

Advogando agora em causa (também) própria, e já em Portugal, prescruta acuidadamente a realidade portuguesa que, com luz viva, nos transmite e se torna em repositório ímpar no texto que é elaborado a pedido pela feminista e amiga alemã Lang.

Datado e identificado, resumo do admirável estudo produzido na língua alemã pode ser lido em português, embora somente a parte respeitante ao nosso país, em *O Primeiro de Janeiro*, logo em 1902 (11-18 Set), o que também comprova a importância e o acompanhamento que estes temas vinham tendo em Portugal.

Esta faceta digamos senão feminista, pelo menos acarinhando as ideias em torno da emancipação feminina da autora “intermediária entre a cultura neo-latina e germânica” foi revelada por Delille, que a classifica também de intermediária da “emancipação feminista” entre a Alemanha e Portugal, como referido. Mas, não seria justo deixar de evidenciar o que a primeira também notou, isto é o estudo da autoria de Maria Regina Tavares da Silva redigido em torno da figura de C. Michäelis, pois nele se vislumbra já, e não resistimos a citar: “O convite que lhe foi dirigido para ser a presidente honorária do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, para além de uma homenagem ao seu prestígio de mulher, foi certamente o reconhecimento explícito [de um] interesse que já vinha de longe.”⁶

Ora, se em 1914, é assinalada a criação do CNMP, fazendo-a coincidir com o convite para que fosse sua presidente honorária Carolina Michäelis, importará relevar o facto de que Adelaide Cabete, fundadora e presidente, terá visto nessa ligação um sinal de afirmação da solidez da nova associação. Em comum tinham a determinação, a coragem e provas dadas em inúmeros campos de intervenção, visíveis pela narrativa em que se constituiu a história das suas vidas. Cada uma, a seu tempo, soubera lutar pela visibilidade e fortalecimento do género a que pertenciam e formavam o que

⁵ Carolina Michäelis de naturalidade alemã, reside e estuda na Alemanha. Adoptará mais tarde a dupla nacionalidade que jamais declinará.

⁶ Maria Regina Tavares da Silva, *Carolina Michäelis de Vasconcelos*, CCF, Lisboa, Bol. 3, Jul/Set, 1981, p. 27. V. *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 1 A, Fevereiro de 1915, p. 10, “Elementos que compõem o «Corpo Administrativo» do «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», presidente honorária Dr.ª D. Carolina Michäelis Vasconcelos”.

aparentemente se designa, por «pleno». As Artes e As Ciências, aliadas e levadas ao seu máximo, fazendo jus à pluralidade que se detecta na origem do CNMP.

Convirá lembrar que a LRMP, que integrara muitas das mulheres, melhor dizendo das destacadas mulheres, nomeadamente Ana de Castro Osório e Maria Veleda, surge por repto lançado por Magalhães Lima e Bernardino Machado, homens que também Carolina Michäelis mencionara precocemente como liderando na defesa pela educação, no artigo supramencionado escrito em 1901; A par destes nomes recordo ainda Alice Pestana, (Caiel), Olga Morais Sarmiento da Silveira⁷ e Cláudia Campos pois são nomes indicados como dignos de registo no texto de C. Michäelis editado.

Mas 1914 marca também outro momento histórico assinalável, o início da Grande Guerra. De onde resulta claro a necessidade de procurar noutras instituições e noutros interlocutores as raízes deste movimento feminista internacional e desta feita nacional. O CNMP encontra as suas raízes também entrelaçadas aos organismos que se debatiam pela paz, no país e fora dele.

Branca de Gonta Colaço é de referência obrigatória. Também Elina Guimarães afirma lembrar, em texto que assina ao biografar a amiga e “mentora” Adelaide Cabete, recordando, algo inesperadamente, Branca de Gonta Colaço, como tendo sido uma das mulheres que sempre se prontificou para apoiar Adelaide Cabete, a primeira mais destacada presidente do CNMP, ainda que em “tempos sombrios”, para usar a expressão de Vanda Gorjão que tão bem se aplica.

Também esta nota vem corroborar os laços, por vezes, menos óbvios para quem procure encontrar blocos estanques e acreditar neles poder ser enquadrada a gestação e os primeiros tempos do feminismo, aqui e além fronteiras. As razões de ordem política não faziam inimigos entre as mulheres, que nelas sabiam respeitar antes de mais as adversárias. É essa a leitura que propomos para o entendimento do prelúdio não só agora do CNMP mas também das restantes associações femininas.⁸ A este respeito será

⁷ Atente-se na publicação de Olga Morais Sarmiento da Silveira, *Problema Feminista* Lisboa, Typ. de Francisco Luiz Gonçalves, 1906. Este texto corresponde à conferência por si proferida na Sala Portugal, da Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 18/5/1906, e vem acompanhado da sua fotografia.

⁸ No tocante a estes aspectos remeto para os estudos de João Esteves, especialista neste domínio. Muito em especial, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991, *As Origens do*

oportuno referir uma certa transversalidade do “feminismo” devendo ser tomada a elevação da dignidade da mulher o seu arquétipo.⁹

As notícias relativas ao Conselho Internacional alimentam, em grande medida, e acompanham, a vida do Órgão do CNMP, cuja nomenclatura se altera ligeiramente a par de alterações de formato grafismo e composição que vai sofrendo, nomeadamente, primeiro como *Boletim*, depois e durante a quase totalidade do tempo de vida do CNMP, *Alma Feminina* e, por fim, *A Mulher*.

Uma vez chegadas a este ponto cumpre realçar o caso da *Alma Feminina* visto que a publicação portuguesa passa a seguir o modelo dos restantes órgãos dos conselhos nacionais membros do ICW.

A aproximação entre os casos europeus foi sendo evidenciada, face às circunstâncias até de natureza geo-política.¹⁰

Não terá sido alheio a este facto a escolha de Carolina Michaëlis de Vasconcelos para Presidente Honorária. Justamente pela sua “estatura” e prestígio outra escolha não poderia, acreditamos, ter sido mais emblemática e esclarecedora a propósito da natureza, estrutura e propósito do ramo português do ICW. A ilustre escritora e destacada mulher, aos mais diversos títulos materializava a face visível do espírito do Conselho Internacional a que acabáramos de aderir. Ela própria capaz de, a um só tempo, espelhar a maturidade e conhecimento em torno das questões condizentes com o

Sufragismo Português, Lisboa, Bizâncio, 1998 e “Os Primórdios do Feminismo em Portugal: a 1.ª Década do Século XX”, *Penélope*, n.º 25, 2001, pp. 87-112.

⁹ Outros trabalhos de referência obrigatória são, nomeadamente, os de Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma organização feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2007; Joaquim Mário Cortes Eduardo, *Adelaide Cabete (1867-1935). Biografia de uma professora feminista*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2004; Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia*, Lisboa, Quetzal, 2003; Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005 e por último mas não menos significativa a obra de Regina Tavares da Silva, *A Mulher. Bibliografia portuguesa anotada (monografias, 1518-1998)*, Lisboa, Cosmos, 1999.

¹⁰ Torna-se exemplar o estudo, recentemente dado à estampa, no âmbito da comemoração dos 25 anos de investigação no ICS, apresentado por Anne Cova, em que se alude à tríade CNFF, CDI e CNMP de modo exaustivo. Cf. Cova, Anne, “Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)”, in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (Eds.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 583-602.

feminismo, de que dera provas ainda no reinado de D. Carlos I, mas que se envolvera nas questões candentes da época com lisura e afirmando-se por mérito próprio, que lhe é reconhecido, em tempo, por mulheres e homens, em plena República.¹¹

O ICW revela, ainda que para ele nos voltemos de relance, perspectivando historicamente as origens do seu nascimento, as suas principais intervenientes e a ligação entre os diversos pontos do globo. Americano por nascimento mas radicado europeu, diríamos. A título de exemplo lembremos que a sua sede nunca deixou de funcionar em Paris. Mas para além dessa abordagem, o aspecto mais notório dá conta da presença constante e em lugares de destaque de mulheres cuja condição social permitia não depender do Conselho, é certo, mas que as filia no grupo, ainda que alargado, das famílias pertencentes à nobreza e à monarquia. Espelhando esta realidade retomemos o caso por evidente do próprio ICW, e Ishbel, Marquessa de Aberdeen e Temair (1857-1936), a quem foi confiada a presidência do Conselho a fim de que estivesse á frente deste e conduzisse os seus destinos.

Também assim foram os conselhos congéneres europeus.

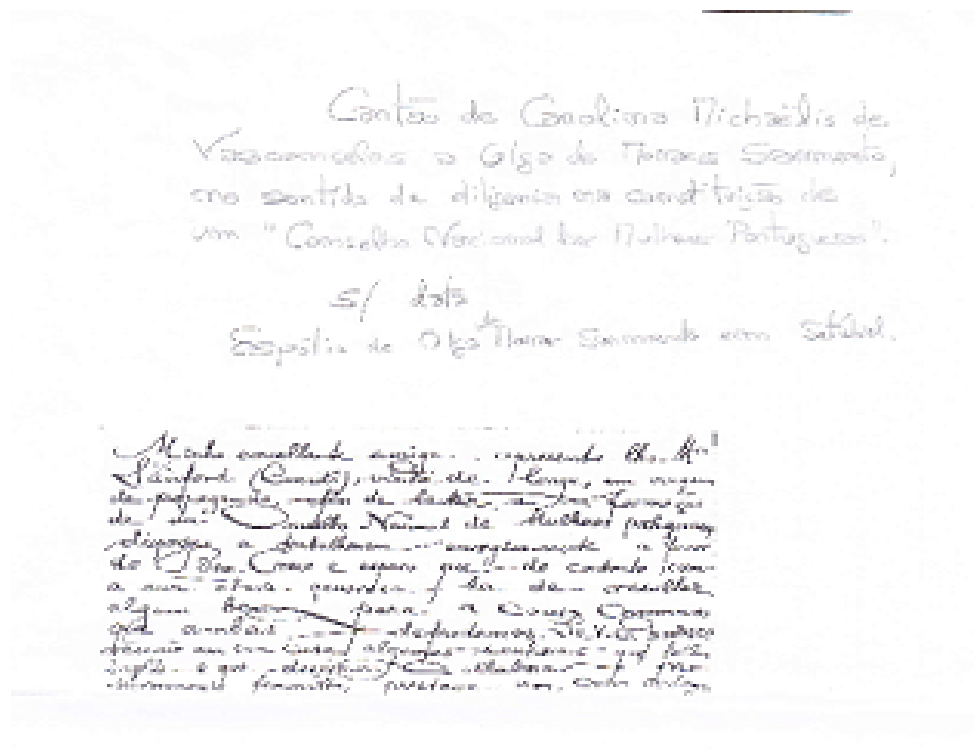
As fundadoras do CNMP souberam bem conciliar o que à partida poderia ter-se revelado um obstáculo. Se, constatamos, o prelúdio para o CNMP remonta a 1904, na sequência do congresso de Berlim¹² confirmado pela deslocação feita por Mrs. Sanford em 1906, os contactos iniciais terão passado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Olga de Moraes Sarmiento da Silveira, e outras mulheres suas coetâneas. Atente-se na mensagem, que em seguida integramos, digitalizada, lembrando como a ela se referira oportunamente o historiador João Esteves:

“A primeira tentativa de se fundar em Portugal um Conselho terá surgido ainda na primeira década, quando Carolina Michaëlis de Vasconcelos apresentou à escritora Olga de Moraes Sarmiento a canadiana Mrs. Sânford, ‘vinda de longe, em viagem de propaganda, a fim de tentar a formação de um Conselho Nacional de Mulheres portuguesas dispostas a trabalharem energicamente a favor do Bem’. Num cartão, não datado, Carolina Michaëlis sugere-lhe que reunisse ‘em sua casa algumas senhoras que falam inglês - e que desejam colaborar no movimento feminista’, já que ‘prestava-nos, com certeza, um grande serviço’, podendo recorrer àquelas que constituíam a Liga Portuguesa da Paz. Tais diligências não tiveram consequências e só em 1914 é

¹¹ De leitura obrigatória para este ponto deve ser desde já referido, até pela sua antecipação e profundidade, o estudo de Maria Manuela Gouveia Delille, já citado.

¹² V. digitalização adiante e tradução a partir de *Nylaende* no final do texto.

que ele se concretizaria, em resultado do empenho de Magalhães Lima, ‘grande republicano e incansável propagandista das ideias novas’, e da feminista Adelaide Cabete.”¹³



O modo como estes contactos iniciais foram relatados em *Nylaende* é muito interessante e desvenda, por um lado a forma quase informal, diríamos com que os mesmos se efectivavam, e por outro, a importância das redes de mulheres, redes de proximidade, que mostram ser consequentes revelando-se eficazes. Não deixa de ser assinalável.

Em Portugal, Mrs. Sanford, vem com objectivos definidos num horizonte de expectativas lato. Podemos ler: “O meu trabalho visava sobretudo despertar interesse na causa e dar orientações, mais do que obter um resultado imediato”.

Para além de que o CNMP cedo soube avaliar a importância do reconhecimento nas suas pares da “estatura” digna de nota, na diversidade, elegendo o feminino como um espaço de conciliação, de que se não dissociam o valor, mérito, prestígio e grandeza abolindo barreiras de outra natureza eventualmente fracturante, e consequentemente a

¹³ “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), in *Faces de Eva*, 15 (2006), pp. 113-114.

evitar, tais como credo, para só nomear uma. Aliás, o movimento pacifista e o feminismo, com a conferência de Haya o mesmo revelaria:

“N’este nucleo feminino a politica não tem logar algum: todas as opiniões e todas as crenças se juntam no mesmo pensamento de humanitarismo, no mesmo esforço generoso”¹⁴

Também as ligações entre as mulheres que, durante a monarquia estabeleceram pontes internacionais, não foram totalmente arredadas da história do CNMP, muito embora as opções feitas por cada uma das interlocutoras possa ter sido durante a República e o Estado Novo, antagónicas. Nesse sentido, tudo leva a crer que mais importou às mulheres do Conselho, a mensagem que desde há muito havia sido veiculada pelo próprio ICW – a militância e o envolvimento por causas em prol da dignidade da pessoa humana promovendo o exercício de uma cidadania e apelando ao espírito de união entre mulheres. Assistimos mesmo nalguns momentos a manifestações de solidariedade (para com e) entre mulheres que, durante algum tempo, não se cruzaram com (na) a vida do Conselho. Atente-se, a este propósito, no paradigmático caso de Luise Ey (1854-1936).

“A excellente revista *Die Frauenbewegung*, que se publica em Berlim, sob a intelligente direcção da doutora Anita Augspurg refere-se em termos captivantes á nossa Liga, cuja fundação e desenvolvimento historia, dispensando tambem as mais elogiosas referencias á Obra Maternal. O artigo, em que são largamente apreciadas as mulheres portuguezas, inimigas do clericalismo, é firmado pela illustre escriptora Louise Ey, a quem enviamos as nossas affectuosas saudações e os protestos do nosso profundo reconhecimento.”¹⁵

Sara Beirão (1884-1985), à época Vice-Presidente do Conselho, coloca em termos bastantes claros o apoio que vinha sendo prestado à “lusófila alemã”¹⁶, Luise Ey¹⁷, amiga de Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925), referindo-se-lhe como “grande amiga de Portugal”, para além de a lembrar enquanto exímia tradutora dos melhores autores portugueses e autora dos Dicionários alemão/português e

¹⁴ *Alma Feminina*, “A mulher e a paz”, n.º 13, 17 de Outubro de 1907, p. 100.

¹⁵ *A Madrugada*, “A Liga Republicana das Mulheres Portuguezas apreciada por um jornal allemão”, n.º 2, 30 de Setembro de 1911, p.3.

¹⁶ Assim a classifica Maria Manuela Gouveia Delille, no ensaio “Carolina Michäelis: intermediária entre a cultura neolatina e a germânica”, p. 40.

¹⁷ A grafia apresentada então para o primeiro nome de Ey é Luiza. Cf. *Alma Feminina*, n.º 1 e 2, Jan e Fev. 1934, p. 95.

português/alemão. Assim, dá conta de uma comissão especificamente criada para esse efeito e que tinha sido aprovada pelo CNMP a fim de que fossem feitos esforços para que pudesse ser reembolsada dos bens a que por via da sua nacionalidade lhe tinham sido confiscados, comprometendo a sua sobrevivência económica. Mas, Sara Beirão vê sentido em explicitar, senão mesmo justificar, a intervenção do CNMP, referindo-se-lhe nos seguintes termos:

“Brevemente esta comissão dará conta dos resultados obtidos. Não é favor, é justiça. O CNMP aonde se encontram algumas antigas discípulas da erudita Luiza Ey, amiga e companheira de D. Carolina Micaelis tem o maior empenho em contribuir para o bem estar daquela que a Portugal dedicou os melhores anos da sua vida.”¹⁸

Luise Ey é invariavelmente associada à figura de Carolina Michäelis de Vasconcelos. Amigas desde sempre, pois inúmeras afinidades as aproximavam¹⁹, são também certamente aquelas a quem o texto publicado em *Nylaende* se referia ...

De facto, foi Ey quem em 1896 “representou” Portugal no Congresso que teve lugar no estrangeiro, em Berlim com a comunicação intitulada “memória acerca da mulher portuguesa” a 20 de Setembro.

No mesmo dia, cumpre notá-lo, o jornal anuncia:

“Collegio de educação para meninas.

Em Potsdam, perto de Berlim dirigido por M.^{ella} Natalie e Louise Ey.

Recebe um limitado numero de meninas internas que queiram completar a sua educação na Allemanha.

Entregam-se prospectos e prestam-se mais esclarecimentos, na rua de S. Francisco, 25”²⁰

A propósito da oradora se disse:

“N’um congresso feminista de Berlim discursou proficientemente como representante das mulheres portuguesas e em revista e em jornaes varios tem tido mil ensejos de advogar os seus ideaes de emancipação com um enthusiasmo, um conhecimento de cauza e uma erudição pouco

¹⁸ Sublinhados nossos. *Alma Feminina*, n.º 1e 2, Jan e Fev. 1934, p. 95.

¹⁹ Cf. Maria Manuela Delille, “Carolina Michäelis: intermediária entre a cultura neolatina e a germânica”.

²⁰ *O Comércio do Porto*, n.º 224, 20 de Setembro de 1896.

vulgares. [...] Louise Ey é uma luzófila pelo coração, uma apaixonada sincera de tudo quanto é português.”²¹

É, aliás, na sequência dessa sua intervenção que se despoleta toda uma série de comentários a propósito da real dimensão do analfabetismo feminino no nosso país. Não fora por outras razões, e sabemos que assim não é, o facto de ser Carolina Michäelis a assinar os textos publicados no *Comércio do Porto* justificando a intervenção de Ey em 20 de Setembro de 1896, denunciaria as afinidades e amizade entre Carolina e Louise.

Mas não só a estas duas individualidades da cultura portuguesa oitocentista se terá ficado a dever a precocidade de contactos entre Portugal e o restante movimento de mulheres do ICW.

Olga de Morais Sarmiento da Silveira (1881-1948), Domitila de Carvalho (1871-1966), Cláudia de Campos (1871-1916), para além de Ana de Castro Osório são dignas de nota e de especial atenção. Importa ainda relevar que em 1920, (ano em que é publicado o texto sobre Adelaide Cabete e o CNMP em *Nylaende*) Maria Clara Correia Alves era secretária do exterior do Conselho no nosso país, o que obriga a mantê-la neste grupo de promotoras da amplitude do feminismo português, na esfera internacional.²² Aliás, o órgão do CNM Norueguesas - *Nylaende* era recebido periodicamente em Portugal e noticiado por exemplo, em *Alma Feminina*.²³ Cumpre agora assinalar um aspecto, para além de curioso: a semelhança, senão mesmo réplica do modelo do Boletim norueguês e do nosso. Mais um aspecto a comprovar a “formatação” que facilitava, por via oficial, a união entre as publicações congéneres, dessa forma rapidamente identificáveis com a filiação internacional.

Elina Guimarães lembra-nos, ao fazer a célebre retrospectiva intitulada *Sete Décadas de Feminismo*: “O feminismo já se manifestava em Portugal principalmente dentro da Liga

²¹ *Revista do Bem*, n.º 81, 18 de Maio de 1908.

²² Cf. *Alma Feminina* Set e Out., 1920, p. 50.

²³ Cf. *Alma Feminina* Set e Out., 1920, p. 55.

das Mulheres Republicanas. Aí brilhavam dois grandes nomes: a médica **Adelaide Cabette** e a escritora Ana de Castro Osório.”²⁴

É ainda à eminente advogada feminista que ficamos a dever a belíssima síntese:

“Em 1914 a Dra. **Adelaide Cabette** fundou o “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, ramo português do “Internacional Council of Women”, largamente espalhado por todo o mundo. Nos países feministas mais evoluídos, o “Conselho” era uma federação de associações feministas. Em Portugal teve de funcionar com um escasso número de sócias individuais.

A associação era apolítica pelos seus estatutos e assim se manteve sempre. Era porém, formada por antigas adeptas da Liga das Mulheres Republicanas. Isso bastava para que os monárquicos e as senhoras bem o olhassem com desconfiança. Os republicanos, esses olhavam-na com indiferença.

Cumprir recordar que duas escritoras monárquicas, Branca de Gonta Colaço e Lutgarda Caires, deram-lhe sempre o seu apoio. O mesmo faria Teresa Leitão de Barros anos depois.”²⁵

Outra síntese, quiçá talvez menos recordada, foi dada à estampa ainda em 1909:

“E’ da America – o paiz por excelencia das grandes inciativas – que nos veiu a ideia da fundação d’um conselho de mulheres (especie de parlamento, mas com a grande diferença que os seus intuitos são mais nobres e mais bem compreendidos que os dos parlamentos masculinos!) um conselho que agrupasse, e fundisse n’um só, todos os conselhos nacionaes, existentes em grande numero em todos os paizes. D’essa fôrma unidos, terão muito mais força, e entre eles reinaria um espirito de harmonia e de concórdia, muito util para as reivindicações femininas de todos os paizes – o que até aí não se tinha ainda conseguido, apezar da melhor boa vontade. [...] ‘não seria melhor fundar uma grande associação internacional, conglobando n’uma liga mundial as mulheres de todos os paizes, decididas, não só a trabalhar para a vitoria do feminismo, mas tambem a proceder mais átivamente para o progresso da humanidade?’ [...] não temos o prazer de contar Portugal que, francamente, a tudo se esquivava e tudo olha com indiferença – verdade amarga, que não deixa, comtudo, de ser verdade! Se não contamos Portugal que, dezejamol-o sinceramente, ha de acabar por acordar, temos o gosto de ver tomar parte átiva e importante, d’entre esses vinte e tantos paizes, o Canadá, a Alemanha, a Inglaterra, a Dinamarca, a Australia, Tasmania, Nova-Zelandia, Italia, Argentina, a propria China, Suissa, Austria, França, Russia, etc., pela ordem de adeção. D’entre os bons rezultados do C.I.M. ha a assinalar como mais importantes: a reforma dos Codigos Civis em diferentes paizes; a proteção da infancia; a creação d’Universidades femininas; a grave questão do salario da mulher; o sufragio ‘literalmente universal’ e não ironicamente, como ainda hoje o é, etc. ”²⁶

Cremos dever agora dar voz ao texto, que escondendo-se num idioma dominado por poucos, em Portugal, terá passado despercebido entre nós e que permite recolher dados novos e fazer jus ao nosso repto inicial e que propõe antecipar em cerca de uma década a ligação de Portugal ao ICW.

²⁴ *Sete Décadas de Feminismo*, Ditos & Escritos, n.º 2, p. 8

²⁵ *Sete Décadas de Feminismo*, Ditos & Escritos, n.º2, p. 10.

²⁶ *Revista do Bem*, n.º 102, 31 de Dezembro de 1909, pp. 3-4.

Ficam os textos e os testemunhos de que nos dão conta, como terão feito à época, quando fizeram História²⁷.

²⁷ *Nylaende*, Kristiania, nr. 15, 1 August, 1920, pp.231-233.

NYLAENDE 1920 (NOVO PAÍS 1920)²⁸

Dr^a. Adelaide Cabette,

Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

O Conselho das Mulheres Portuguesas²⁹ é o filho mais recente do *Conselho Internacional de Mulheres*³⁰. Há já muitos anos, a enérgica tesoureira Mrs. Sanford do Canadá, encarregou-se, na sequência da reunião de Berlim de 1904, de viajar para Portugal, com o objectivo aí fundar um conselho de mulheres. Realizou esta viagem em 1906. No seu relatório descreve: “O meu trabalho visava sobretudo despertar interesse na causa e dar orientações, mais do que obter um resultado imediato.” No Porto encontrou várias mulheres interessadas. Estas afirmaram que de modo a obter resultados mais positivos, o movimento deveria partir de Lisboa e, se fosse possível, procurando despertar o interesse da rainha *Dona Amélia* pelo assunto. Mrs Sanford conseguiu uma promessa de audiência, embora não houvesse disponibilidade imediata para ter lugar, uma vez que a corte estava ausente e só regressaria à capital mais tarde. Contudo, a recomendação para aguardar o regresso da rainha a Lisboa não pôde ser seguida por Mrs Sanford. Quando a rainha *Dona Amélia* ficou a saber deste facto, pediu que lhe fosse remetida toda a documentação relevante que dissesse respeito ao *Conselho Internacional de Mulheres*, porque queria, ela própria, estudar o seu programa, o que o conselho representava, e de que modo o assunto poderia ser encaminhado. Todos os documentos disponíveis lhe foram enviados, enquanto Mrs Sanford conferenciava com as dirigentes mais instruídas e influentes de Lisboa, de forma que quando deixou Portugal o caso estava bem encaminhado e em boas mãos.

Mas as coisas não correram como tinham pensado e não aconteceu o que esperavam. A responsabilidade por esse facto não foi da popular rainha. Nem das outras mulheres portuguesas. Mas sim dos acontecimentos. Entre os anos 1906 e 1914

²⁸ Tradução livre.

²⁹ Leia-se CNMP- Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947).

³⁰ Trata-se do ICW- International Council of Women (1888-).

ocorreram grandes transformações em Portugal. O Rei e o príncipe herdeiro foram afastados do trono, vítimas de um massacre, em que ambos foram assassinados e o país atravessou grandes crises. Depois, também o segundo filho do rei assassinado, que durante um breve período deteve a coroa, foi afastado com sua mãe e declarada a República no país.

Durante o forte desenvolvimento democrático que teve lugar em Portugal, foi sob os auspícios do partido republicano que a primeira organização política feminina foi criada: *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*³¹. A Dr^a³² Adelaide Cabette foi eleita e tomou posse como membro dos corpos sociais ocupando o cargo de tesoureira³³. A grande adesão à Liga deve-se, antes de mais, a Mme³⁴ Cabette.

Em 1911, a Dr^a. Cabette foi eleita presidente da loja maçónica «Humanidade». Esta, que é uma secção feminina da «*Maçonaria Portuguesa*», teve sempre muito prestígio.

Em 1914 foi fundado o “*Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*”, o ministério português aprovou os estatutos do Conselho e, no mesmo ano, teve lugar a reunião quinquenal em Roma tendo o CNMP sido admitido no Conselho Internacional.

Portugal esteve representado, nessa ocasião, por Mme³⁵ Avril de Sainte Croix³⁶,

³¹ A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas é fundada a 28 Agosto de 1908 assumindo a presidência provisória Ana de Castro Osório. Durante esta fase inicial, digamos que a “comissão instaladora” trabalhou até 27 de Fevereiro do ano seguinte, agrupou várias mulheres republicanas que aceitaram o repto lançado por Magalhães Lima, António José de Almeida e Bernardino Machado, para citar só duas refira-se Angélica Porto e Maria Veleda.

³² Doutora, no texto.

³³ Cargo que ocupou até 18 de Novembro de 1909, data em que teve lugar a sessão da Assembleia Geral da «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» e na qual foi lido um ofício pela secretária, Fausta Pinto da Gama, em que a subscritora, Adelaide Cabete, pede para ser exonerada do cargo alegando razões de saúde e de sobrecarga de trabalho. Aliás, a leitura do texto fez-se, de modo a entrar e a dar cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalho: Eleição da Nova Tesoureira, face ao pedido de Adelaide Cabete para ser exonerada. A partir de então, e sob proposta da Presidente Ana de Castro Osório, passa a desempenhar essa função Camila de Sousa Lopes, que vinha ocupando esse lugar interinamente, tendo sido eleita por unanimidade.

³⁴ Madame, no texto.

³⁵ Madame, no texto.

³⁶ Frequentemente citada como Madame Avril de Sainte Croix, i.e. Ghénia Avril de Sainte-Croix (1855-1939) que durante 10 anos esteve à frente dos desígnios do CNFF, como presidente (1922-1932), eleita depois de ter cessado funções como Secretária-Geral. É autora de vasta obra e escreve sobre as prisioneiras de Saint Lazare, em Paris. Tal facto deve ser notado no âmbito do nosso estudo, pois no

reconhecida como delegada do “*Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas*”. A Dr^{a37} Adelaide Cabette tornou-se presidente do Conselho, cargo que ainda detém.

A Mme. Cabette nasceu em Elvas, Portugal e licenciou-se em medicina em 1900. Naquela época, defendeu uma tese sobre a «*Protecção às mulheres grávidas pobres*»³⁸. As conclusões desse estudo foram, mais tarde, alvo de atenção por parte das autoridades e muitas das suas teorias foram levadas à prática.

Em 1911 Mme. Cabette passou a exercer o cargo de médica escolar num instituto feminino próximo de Lisboa³⁹.

O recém-formado Conselho das Mulheres Portuguesas, durante os anos negros que decorreram entre 1914 e 1920, não teve contactos com outros países nem sequer lhe foi possível desenvolver as actividades a que se propunha. Logo desde o início da existência do Conselho foi criado o seu próprio órgão «*Alma Feminina*», onde Mme. Cabette era redactora.

Aliás, os esforços do Conselho foram no sentido de o fortalecer. Com este propósito, em Abril deste ano, foram organizadas reuniões mensais com vista à propaganda do movimento feminista⁴⁰. E podem congratular-se com esta realização, que por certo permitirá ao “*Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas*” ter um papel positivo e desenvolver-se de acordo com os objectivos nacionais.

exílio, a rainha D. Amélia visitava regularmente estas prisioneiras. Cf. M.me Avril de Sainte Croix [assinado por A Redacção, Adelaide Cabete?], *Alma Feminina*, n.º 7 e 8, Julho e Agosto de 1921, Ano V (VII), p. 32.

³⁷ Doutora, no texto.

³⁸ No ano lectivo de 1899/1900, licenciou-se em Medicina com o curso de Obstetrícia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. A menção ao título da tese é feita em forma abreviada, em bom rigor intitula-se «*Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento físico de novas gerações*».

³⁹ O ITE - Instituto Torre Espada, (1910-1911) começa a formar alunas em Janeiro de 1900, altura em que é admitido o primeiro grupo. Passa depois a designar-se Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942), Instituto de Odivelas (1942-1988), e desde 1988 até hoje, Instituto de Odivelas - Infante D. Afonso. É precisamente no IFET que Adelaide Cabete assume o lugar de médica escolar para além de assegurar a docência em matérias como as de higiene e puericultura.

⁴⁰ Com certeza diz respeito às Conferências educativas feministas organizadas pela comissão de Educação presidida pela Professora Albertina Gâmbôa (V. *Alma Feminina*, Maio/Jun 1920 e Julho/Ago 1920) Cfr. Isabel Lousada, *Adelaide Cabete*, CIG, 2009). Paulina Luisi, (Presidente Honorária do CNMP,) Presidente do Conselho das Mulheres do Uruguay foi, à semelhança do que acontecera já no Congresso de Génève, a representante do Conselho português que, apesar dos convites recebidos, por falta de recursos não se pode aí deslocar. Aliás, os convites foram também dirigidos aos membros do governo português.

Dr. Adelaide Cabette,
Formand i Portugisiske Kvinders Nationalraad.



Portugals Kvinderaad er *Det Internationale Kvinderaads* yngste barn. Allerede for flere aar tilbage paatok I. C. W.'s ihærdige kasserer *Mrs. Sanford* fra Canada sig ved møtet i Berlin i 1904 at ta en reise til Portugal for om mulig at faa dannet et kvinderaad der. I 1906 foretok hun denne reise. I sin beretning om denne fortæller hun: «Mit arbeide der var snarere beregnet paa at vække interesse for saken og at gi anvisninger end at opnaa et øieblikkelig resultat.» I *Oporto* traf hun endel interesserte kvinder. Disse hævdede at hvis der virkelig skulde utrettes noget, maatte bevægelsen utgaa fra *Lissabon*, og hvis det var mulig, maatte *dronning Amélie's* interesse for saken vækkes. Det lykkedes *Mrs. Sanford* at faa løfte om audiens; men hoffet var fraværende og skulde først senere vende tilbage til hovedstaden, og det var ikke mulig for *Mrs. Sanford* at oppebie dronningens tilbagekomst til *Lissabon*. Da *dronning Amélie* fik dette at vite, bad hun om at alle de fornødne oplysninger angaaende *Det Internationale Kvinderaad* maatte tilstilles hende, da hun gjerne selv vilde gaa igjennem dets program og se hvad raadet stod for. Alle de forhaanden værende dokumenter blev sendt hende, og imens konfererte *Mrs. Sanford* med de mest interesserte og formaaende kvinder i *Lissabon*, saa da hun snart efter forlot Portugal var saken i bra gjænge og i gode hænder.

Men det gik ikke som man haabet og tænkte. Skylden for

⁴¹ Fr. M. [trata-se possivelmente de Fredrikke Morck – redactora de *Nylaende*] v. Fredrikke Morck [assinado por A Redacção, Adelaide Cabete?], *Alma Feminina*, n.º 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1923, Ano VII (IX), p. 52.

dette var ikke den folkekære dronning. Heller ikke andre portugisiske kvinder. Men omstændighedernes. Mellem årene 1906 og 1914 foregik der store omvæltninger i Portugal. Kongen og kronprinsen blev ved en bloddaad fjernet fra tronen, og landet gennemgik svære kriser. Efterat ogsaa den myrdede konges anden søn, som en kort tid bar kronen, var blit fordrevet sammen med sin mor, blev landet erklæret for republik.

Under den sterke demokratiske udvikling som Portugal gennemgik, blev der af det republikanske parti dannet den første politiske kvindeforening: *Republikanske Kvinders Forening*. Doktor Adelaide Cabette blev medlem af styret for denne og fungerer endda som kasserer. Den store tilslutning denne forening har faaet, skyldes i første række *Madame Cabette*.

I 1911 blev dr. Cabette valgt til formand i frimurerlogen «*Humanité*». Denne som er en kvindelig afdeling af «*Det portugisiske frimureris*» har den hele tid indtatt en meget ærefuld position.

I 1914 blev derefter «*Portugisiske Kvinders Nationalraad*» dannet. Det portugisiske ministerium godkjendte foreningens love, og ved det samme aar afholdte femaarsmøte i Rom, blev raadet optat i det internationale. *Madame Avril de Sainte Croix* sholdt det over daabens, idet det gennem sekretæren i «*Portugisiske Kvinders Nationalraad*» var overdraget hende at repræsentere Portugal. Formand i raadet blev doktor Adelaide Cabette, som har indehat denne stilling den hele tid.

Mme. Cabette er født i *Elvas* i Portugal og tok sin medicinske doktorgrad i 1900. Hun forsvarte ved denne leilighed en afhandling om «*Beskyttelse for fattige vordende mødre*». De deri utkastede planer har senere været gjenstand for autoriteternes opmærksomhet, og mange av hendes teorier er ført ut i praksis.

I 1911 ansattes Mme. Cabette som skolelæge ved et kvindelig institut i nærheten av Lissabon.

Det unge portugisiske kvinderaad har i de mørke aar som ligger mellem 1914 og 1920, ikke været i videre kontakt med de andre land, og heller ikke har der kunnet utrettes synderlig. Straks i begyndelsen av raadets eksistens startet det sit eget organ «*Alma Feminina*», hvorav Mme. Cabette ansattes som redaktør.

Forøvrig er raadets bestræbelser gaat ut paa at styrke det

indadtil. I den hensigt har man i april aar anordnet møter hver maaned for at gjøre propaganda for kvindebevægelsen. Og man kan glæde sig over stor tilslutning, saa *Portugisiske Kvinders Nationalraad* vil sikkert komme godt og repræsentativt med i nationernes række.

Fr. M.

Consreguleringen og Den kvindelige fabriksinspektør.

Den 1ste januar aar var det 10 aar siden fru Betzy Kjelsberg blev ansat som fabriksinspektør. Hendes løn var den gang stipuleret til kr. 2500.00 pr. aar, en løn som hun oppebar i flere aar, indtil hun fik sit første alderstillæg, stort kr. 250.00. Ved den leilighet fik hun ogsaa sit andet alderstillæg — kr. 250.00 — anteciperet, saa hun ialt fik kr. 3000.00 i aarlig løn. Denne oppebar hun til 1917, da lønsreguleringen satte den til kr. 4000.00. Dyrtidstillæg tales her ikke om. Det er bare den faste gagering som vi her skal se litt paa.

Nu aar — efter 10 aars uførtroddet og av alle — arbeidsgivere som arbeidere — anerkjendt dygtig arbejde, blev hun av den departementale lønskomité, bestaaende av d'hr. direktør Jynge og stortingsmændene Mjelde og Magnus Nilssen, enstemmig indstillet til at faa samme løn som de mandlige fabriksinspektører.

Den avgaaede regjering indstillet hende likeledes enstemmig til samme løn som hendes mandlige kolleger (se St. prp. nr. 156).

Efter dette synes det som om mændene skulde være kommet til det punkt at princippet like løn for like arbejde, hvad enten det utføres av mand eller kvinde, skulde hævdes. Og kvinderne glædet sig. Men — man hadde ikke gjort regning med Stortingets lønnskommité, bestaaende av d'hr. konsul Lykke, formand, amtsagronom Faleide, sekretær, saml Bondesen, Davidsen, Holtsmark og Værland. Disse herrer fandt — ogsaa enstemmig — at det gik ikke an at en kvindes arbejde, hvor godt det end utføres, paa nogen maate kan sidestilles med hvad mænd præsterer. Det vilde være at undervurdere mænds arbejde! De foreslog derfor at den kvindelige fabriksinspektør skulde sættes i en lavere klasse. Intet hensyn blev tatt hverken til den departementale komités enstemmige indstilling eller til regjeringens enighet om at likestille hende med hendes kolleger. Som kvinde er hendes arbejde 1000 kroner mindre værdt end mænds er!

Det forekommer os, at de herrer komitémedlemmer kunde ha været noget mere lydhør likeoverfor de autoriteter som hadde

Conto de Carolina Michaelis de
Vasconcelos a Olga de Moraes Sarmento,
no sentido de diligência na constituição de
um "Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas".

S/ data
Espólio de Olga Moraes Sarmento com Sotóbel.

Minha excellentissima amiga. . . vassento (ho. Mr.
Stanford. Canada), vindo de. longe, em viagem
de propaganda, - e de facto - a - formação
de um Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas,
disponha a trabalhar - energicamente a favor
do Bem. Certo e espero que - do contacto com
a sua alma - gerada - há de - resultar
algum bem - para a Causa Comum,
que ambas - defendamos. V. V. G. posso
dizer-lhe em sua casa algumas - reuniões - que fôr
necessário - e que - descrever - e - relatar - a - sua
- honrada família, prestava - no. com - a -

Isabel Lousada, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Mestre (1989) e Doutora (1999) em Estudos Anglo-Portugueses, pela UNL – FCSH. Concluiu o 1.º Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Sociedade da UNL (2009). Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), tem a seu cargo a ADap - Área de apoio à publicação e está integrada no CESNOVA - Faces de Eva./ Estudos sobre a Mulher. Faz parte, desde 2006, do Conselho Redactorial da Revista com título homónimo: *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* publicação em que desempenha o cargo de Secretária da Direcção (2009). É autora de publicações na área dos Estudos sobre as Mulheres tendo vindo a participar em eventos científicos, nacionais e internacionais, sobre a mesma temática.